

# Movimento de Resgate da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde

## **Assunto: Requerimento da intervenção directa do Primeiro Ministro**

CC: Sua Excelência o Sr. Presidente da República  
Sua Excelência o Sr. Líder do Grupo Parlamentar do MpD  
Sua Excelência a Sra. Líder do Grupo Parlamentar do PAICV  
Sua Excelência o Sr. Líder do Grupo Parlamentar da UCID

Praia, 13 de Dezembro de 2017

Exmo Sr.  
**Primeiro-Ministro da República**  
Praia

O movimento que representamos, largamente maioritário no seio da classe dos arquitectos cabo-verdianos, vem tentando desde o ano passado, sempre pelas vias legais e pacíficas, assegurar que a classe dos arquitectos recupere o controlo da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde (OAC), mediante a realização de eleições justas e transparentes.

Infelizmente, o processo eleitoral na nossa Ordem foi artificialmente complicado e culminou com uma eleição fraudulenta de uma lista única denominada “Vez e Voz” encabeçada por António Pedro Bettencourt, no passado dia 29 de outubro.

**Este nosso requerimento visa apresentar a Vossa Excelência, enquanto Chefe do Governo da República, o nosso profundo desagrado e repulsa pelo comportamento da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do território e Habitação, solicitando o seu imediato afastamento dos poderes de tutela que ora detém sobre a Ordem dos Arquitectos, por não confiarmos na sua imparcialidade.**

Ao mesmo tempo, solicitamos a intervenção directa de Vossa Excelência para a normalização da OAC, sob pena de, dada a recusa pública expressa já pela maioria dos membros em reconhecer idoneidade e autoridade moral à lista “Vez e Voz” para os representar, e dada a actual situação em que um grupo bem-identificado assaltou a nossa Ordem, esta poder vir a passar, nos próximos tempos, por situações ainda mais conturbadas e danosas da imagem do país.

Entre as intervenções que requeremos directamente do Primeiro Ministro de Cabo Verde salientamos o esclarecimento cabal do pagamento das quotas profissionais por parte de César Freitas, Job Amado, Carlos Alberto Lima Évora, Patrícia Anahory e António Jorge Delgado, pois existem evidências que apontam para irregularidades que impedem a classe de saber se efectivamente tais colegas cumpriram esse dever para com a instituição em tempo oportuno e na integra. **Essa purificação do sistema do pagamento da QP na OAC é fundamental para se poder realizar eleições justas e transparentes na**

**OAC, desiderato para o qual muito agradecíamos o empenho pessoal de Vossa Excelência.**

O Governo da República e todos os cidadãos caboverdeanos podem consultar, com todo o conforto, todo o historial do processo eleitoral na OAC , exaustivamente detalhado online em <https://resgatedaoac.net/historia-do-processo-eleitoral-na-oac/>.

Pelos documentos e factos publicados aí, pode-se facilmente comprovar que a “eleição” de 29 de Outubro resultou de descuidos/parcialidades inaceitáveis da Sra. Ministra do MIOTH. Nomeadamente:

1. Não agiu com a prontidão que se impunha quando lhe foi levada a situação da OAC depois de duas tentativas frustradas para se realizar eleições na OAC em Outubro e Novembro de 2016, a saber, **uma Mesa da Assembleia-geral dissolvida pelo seu próprio Presidente, um processo eleitoral manipulado grosseiramente por um grupinho com medo de a OAC passar para as mãos de quem poderia responsabilizá-los pelos seus actos, um Conselho Fiscal que nunca funcionara por “esquecimento” do seu Presidente e uma Ordem nas mãos de apenas quatro pessoas.** Tal situação lhe foi levada, com carácter de urgência, no dia 21 de Dezembro de 2016, na forma de um requerimento, para que interviesse na OAC e a normalizasse, pelo afastamento do grupinho (César Freitas, Job Amado, Manuel Barradas e Pedro Bettencourt) que a mantinha refém em segredo, pois os outros 21 eleitos em 2013 se haviam afastado desde 2014.
2. Deixou passar o prazo para responder a esse requerimento, acabando por o indeferir tacitamente a 21 de Fevereiro de 2017. Ora, em qualquer parte do mundo civilizado e, sobretudo, em qualquer Estado de Direito democrático, quando uma Mesa da Assembleia-geral cai, nenhum outro órgão pode continuar e, no nosso caso, esse era o extremo dos extremos. **Entendemos, por isso, que a situação actual da nossa Ordem foi artificialmente criada, pela omissão consciente das entidades competentes, sobretudo a tutela.** O grupinho acima referido sentiu-se estimulado a permanecer ilegalmente e prepotentemente no controlo da OAC pelo silêncio e omissão cúmplices do Governo da República.
3. Apenas 90 dias depois de ter recebido o requerimento é que a Sra. Ministra foi, aparentemente, forçada a responder ao mesmo, enviando uma resposta que demonstrava, no mínimo, um insulto à inteligência dos requerentes: Foi contactar exactamente a última pessoa indicada para a informar da real e verdadeira situação da OAC: O Sr. César Freitas. Ou seja, em vez de solicitar documentos ou mandar fazer uma inspecção à OAC, foi usar o menor e menos eficaz dos poderes ao seu dispor (o de solicitar informação à parte denunciada).
4. De referir que ao aceitar repetir-nos aquilo que o sr. César Freitas lhe disse, ou seja, que estava a decorrer um processo eleitoral na OAC, a Sra. Ministra expressamente colocou o Governo a defender esse cidadão, mandando às urtigas a imparcialidade que devia comandar a sua intervenção no processo. [Esse documento](#) a declarar a aprovação do Governo da República ao *status quo* foi muito grave pois reforçou o atrevimento dos senhores António Jorge Delgado e Francisco Duarte para

avançarem para a aprovação das contas de gerência de César Freitas referentes a 2016, mesmo sendo publico que a Sra. Ministra já tinha conhecimento desde Dezembro que o próprio Pedro Bettencourt já havia confessado ter “esquecido” de que fora eleito Presidente do Conselho Fiscal em 2013, tendo este, obviamente nunca funcionado.

5. Vossa Excelência pode comprovar assim que foi essa decisão em se aprovar contas de gerência sem o parecer de um Conselho Fiscal (cuja inexistência foi aceite como normal e de somenos pela Sra. Ministra), que levou a maioria da classe a invalidar a continuação de António Jorge Delgado e Francisco Duarte à frente do processo eleitoral da OAC. E receberam em Abril dois documentos do colega Aureliano Ramos a lhes informar, 1) **que não estavam mandatados a tratar de outros assuntos que não fosse estritamente o dossier das eleições** e, duas semanas mais tarde, 2) **que por terem aprovado tais contas no alçapão contabilístico não tinham mais condições de continuar à frente do processo eleitoral. Não participaríamos nunca em qualquer processo eleitoral sob seu comando e foi esta uma das principais razões por que nos abstivemos de participar na “eleição” de 29 de Outubro.**
6. E, continuando a sra. Ministra a ignorar factos tão graves, o Sr. António Jorge Delgado continuou solto a organizar o assalto à OAC perpetrado pelo Vice-presidente “eleito” no dia 29 de Outubro, o Sr. Francisco Duarte que, sintomaticamente, foi o primeiro elemento da lista a falar ao país na manhã do dia seguinte à “eleição”: Um “Bastonário” a viver no Sal e que já declarara à classe as suas ganas em se reformar, enquanto que na Praia, o Vice-presidente dirigiria de facto a instituição!

**Devemos informar a Vossa Excelência que corre actualmente, no 1º Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, o Processo Contencioso de Anulação (interposto pelo Movimento de Resgate da OAC para anular a eleição da lista “Vez & Voz”, encabeçada por Pedro Bettencourt e Francisco Duarte) que, de entre outros actos que demandam que se faça Justiça, apresenta o de se saber o que pensa a Justiça caboverdeana de um processo eleitoral em que uma mesma pessoa (António Jorge delgado) interveio em duas capacidades: Presidente e Vice-presidente ao mesmo tempo!**

O mais grave é que nesse processo os Srs. Delgado e Duarte aproveitaram para branquear malfeitorias muito graves e extremamente danosas da OAC e dos seus membros, praticadas por César Freitas, Pedro Bettencourt e o seu grupinho.

No dia 31 de Outubro, realizámos uma Assembleia-geral extraordinária (AGE) que, entre outras coisas, suspendeu negócios muito obscuros realizados sob a batuta de César Freitas e o seu grupinho, negócios esses que lesaram pesadamente a classe, a saber, a Loja Online da OAC e a chamada “Casa da Arquitectura”.

Entendemos que em qualquer caso, e perante denúncias tão graves como as que temos vindo a fazer com provas documentais, os senhores da lista “Vez & Voz”, se de facto fossem honestos, a primeira coisa que buscaríamos fazer

antes de assumir a instituição era exigir, eles próprios, a conclusão dessa auditoria externa. A pressa e a afobação com que quiseram assumir a OAC é a maior prova da sua desonestidade e o melhor sinal de que estão mais interessados em abafar e destruir evidências comprometedoras.

Pedimos também a atenção especial de Vossa Excelência para o facto de o Sr. César Freitas ter [declarado na RCV](#), no dia 27 de Março de 2017, que o Primeiro-Ministro Ulisses Correia e Silva estava entre as personalidades consultadas por ele para justificar a gravíssima violação das leis da OAC, que perpetrou quando adiou, sem qualquer justificação, a eleição dos novos corpos gerentes da Ordem que devia ter acontecido em Maio de 2016.

**Urge, pois, que sejam dissipadas efectivamente as justas dúvidas que temos sobre o comportamento tanto de Vossa Excelência, como dos Srs. Delgado e Duarte e da Sra. Ministra Eunice Silva nesse dossier eleitoral da OAC.**

Portanto, dada a gravidade de toda esta situação artificialmente criada, levando a que a esmagadora maioria dos membros da OAC tenha perdido a confiança na tutela da Ordem, somos nesta data a lhe requerer directamente o seguinte:

1) *Mandar que a vontade soberana da Assembleia-geral de 31 de Outubro seja respeitada e integralmente executada, nomeadamente, que a gestão corrente da OAC seja feita pela Comissão Executiva de Gestão aí mandatada para tal e constituída por **Hélder Almeida, Aureliano Ramos e Maria José Barbosa** até que eleições transparentes sejam realizadas. A sua missão inclui a encomenda de uma auditoria externa ao património da OAC, não manipulada por quem quer que seja.*

2) *Atender ao facto de que processos eleitorais na OAC sob a responsabilidade de António Jorge Delgado e Francisco Duarte ficaram inquinados e para sempre inviabilizados por terem perdido a confiança da classe em 27 de Abril quando aprovaram as contas de gerência de César Freitas sem que houvesse um Conselho Fiscal a validá-las previamente e quando era público que a maioria dos membros da OAC vinha exigindo uma auditoria externa ao património da Ordem, seriamente delapidado por César Freitas. O Arq. Aureliano Ramos foi muito claro em lhes declarar isso nessa altura.*

3) *Assegurar que sejam respeitadas as decisões tomadas pela AGE de 31 de Outubro de suspender os negócios muito suspeitos e nunca devidamente explicados à classe (Loja Online da OAC e “Casa da Arquitectura”). Vale lembrar que relativamente à Loja Online o Ministério Público a vem investigando há pelo menos dois anos, infelizmente até agora sem resultados palpáveis. **Mas é a AG da OAC que, reconhecendo nela graves ilegalidades e irregularidades, a suspendeu até que o Ministério Público ou a Comissão Executiva de Gestão informem a classe dos meandros da adjudicação e implementação da mesma.***

<https://resgatedaoac.net>

4) *Purificar o sistema de pagamento da quota profissional (QP) que ficou inapelavelmente manchado com o [despacho](#) dado pelo Conselho Directivo da OAC (do qual fazia parte António Pedro Bettencourt) em 2011, para isentar quatro dos seus membros desse dever básico elementar. O requinte de sadismo com que tal despacho foi feito (retroactividade a oito meses e direito ao reembolso das prestações já pagas) levou a uma revolta na classe até hoje não resolvida e uma mancha na instituição que urge limpar de uma vez por todas. Precisamos de provas bancárias em como os beneficiários desse despacho efectivamente pagaram as suas QP até hoje. Esta dúvida ensombra igualmente qualquer processo eleitoral na OAC, sem esquecer que o próprio António Jorge Delgado só no dia da “eleição” de 29 de Outubro é que, de repente, apareceu com as suas quotas em dia.*

**Por fim, queremos informar Vossa Excelência de que nunca poderemos reconhecer a legitimidade do grupo “Vez e Voz” à frente da nossa Ordem, sendo que, para todos os efeitos, a Comissão Executiva de Gestão eleita na nossa AGE de 31 Outubro (constituída por Hélder Almeida, Aureliano Ramos e Maria José Barbosa) é que está mandatada e autorizada a cuidar da Ordem até que uma eleição justa e transparente seja realizada.** Entre as suas atribuições está a contratação de uma auditoria externa às contas e património da OAC, severamente delapidados nos últimos quatro anos.

Pedindo e esperando deferimento, subscrevemo-nos com elevada consideração.

Os membros do Movimento de Resgate da OAC  
<https://resgatedaoac.net/conheca-nos/>

Ponto Focal: Cipriano Fernandes  
Email: casadimagens@gmail.com